

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A., SOB REGIME DE GARANTIA FIRME, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular,

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A., sociedade por ações, com sede na Praia do Flamengo, nº 66, 10º andar, Flamengo, CEP 22.210-903, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 2.762.115/0001-49, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora");

de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13 – grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os "Debenturistas"), aqui representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário");

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar esta "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da MMX Mineração e Metálicos S.A., sob regime de garantia firme, com esforços restritos de colocação" (a "Escritura"), da espécie quirografária, sem garantia adicional, em série única, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração (a "RCA") da Emissora, realizada em 24 de novembro de 2009 e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro "JUCERJA", nos termos do artigo 59 da Lei nº das Sociedades por Ações em 25 de novembro de 2009.



CLÁUSULA II

REQUISITOS

A emissão das Debêntures (a "Emissão") para distribuição pública (a "Oferta Restrita") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da RCA

A ata de RCA que deliberou sobre a Emissão, referida no item 1.1 acima, foi arquivada na "JUCERJA" em 25 de novembro de 2009 e seu extrato será publicado no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na "JUCERJA" de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Oferta Restrita de Debêntures

2.3.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

2.3.2. Nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2.3.3. A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID.

2.3.4. Em observância ao disposto na Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a investidores qualificados, assim entendidos como (i) instituições financeiras, (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização, (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar, (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente subscrevam, no âmbito da Oferta, as Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (v) fundos de investimento, (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios, (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, nos termos do

artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, combinado com o artigo 4º da Instrução CVM nº 476 ("Investidores Qualificados"), observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

2.3.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, (i) no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.5. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme item 4.4. desta Escritura.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social: (i) a indústria e comércio de minérios em geral, em todo o território nacional e no exterior, compreendendo a pesquisa, exploração, lavra, beneficiamento, industrialização, transporte, exportação e comércio de bens minerais; (ii) a prestação de serviços geológicos; (iii) a importação, exportação, transporte e comércio de produtos minerais, químicos e industriais; (iv) a construção, fabricação e montagem de estruturas metálicas; (v) a fabricação, transformação, comercialização, importação e exportação de produtos siderúrgicos; (vi) a instalação, operação e exploração de usinas integradas ou não integradas de aço, para a produção e comercialização de produtos e subprodutos de ferro e aço; (vii) a construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público; (viii) a construção, operação e exploração de ferrovias e/ou de tráfego ferroviário próprio ou de

180

terceiros, como concessionário de serviço público ou não; (ix) a prestação de serviços de logística integrada de transporte de carga; (x) a exportação e importação genérica de bens, equipamentos e produtos; (xi) a geração, importação, exportação e comercialização de energia elétrica, a implantação de usinas de geração elétrica, seja de fonte térmica, hídrica, eólica ou outra, a aquisição e importação de combustível e a implantação da infra-estrutura associada; (xii) o desenvolvimento, exploração, implantação, operação e gerenciamento de projetos de recursos hídricos, o comércio de água, mineral ou industrial, a implantação de logística associada com a comercialização ou entrega de água e a prestação de serviços da indústria de recursos hídricos; (xiii) a participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 2ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor da Emissão

O valor da Emissão é de R\$ 96.445.858,56 (noventa e seis milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), na Data de Emissão.

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 192 (cento e noventa e duas) Debêntures.

3.5. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para alongamento do passivo de curto prazo da Emissora.

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador"), observados os termos e condições estipulados no "Instrumento

16 - 

Particular do Contrato de Distribuição Pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª Emissão da MMX Mineração e Metálicos S.A.", celebrado em 27 de novembro de 2009, entre a Emissora e o Coordenador, o Banco Votorantim S.A. (o "Contrato de Colocação").

3.8. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.8.1 O banco mandatário da Emissão será o Banco Itaú S.A. (cuja denominação foi alterada para Itaú Unibanco S.A., alteração essa que está em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil) ("Banco Mandatário") e a Instituição Depositária da Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Instituição Depositária"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Banco Mandatário e a atual Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item.

3.8.2 A Instituição Depositária será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures e o Banco Mandatário por operacionalizar o pagamento e a liquidação da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados às Debêntures.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de 502.322,18 (quinhentos e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e dezoito centavos) na Data de Emissão.


4.1.2 Número de Séries: A Emissão é realizada em série única.

4.1.3 Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando depositadas no SND.

4.1.4 Espécie: As Debêntures são de espécie quirográfica, sem garantia adicional.

4.1.5 Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

146



4.1.6 Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 27 de novembro de 2009 (a "Data de Emissão").

4.1.7 Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 27 de novembro de 2012 (a "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula V abaixo. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida.

4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1 As Debêntures farão jus a remuneração composta pela Atualização Monetária e pelos Juros Remuneratórios, nos termos descritos abaixo ("Remuneração"):

4.2.1 Atualização Monetária

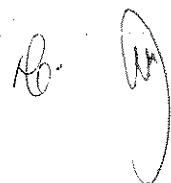
As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário atualizado pelo fator resultante da variação da cotação de fechamento da Taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos da América, disponível no SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central, transação PTAX800, opção 5 (venda) cotações para contabilidade, moeda 220, mercado livre ou no link <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao&id=txcotacao> ("Taxa Cambial"), desde a Data de Emissão ou Data da Amortização, o que ocorrer por último, até o Vencimento previsto no item 4.1.7 acima, tomando por base a taxa do dia útil imediatamente anterior à Data de Emissão ou Data de Amortização, o que ocorrer por último. ("Atualização Monetária").

4.2.1.1 A Atualização Monetária será paga na periodicidade prevista no item 4.3.8 abaixo, juntamente das parcelas de amortização, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado, conforme aplicável.

A Atualização Monetária será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

, onde



VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão, ou saldo do Valor Nominal Unitário após pagamento da Atualização Monetária, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator resultante da variação do dólar comercial, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left(\frac{US_n}{US_0} \right)$$

, onde:

US_n = Valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento (PTAX800), do dia útil imediatamente anterior à data de cálculo, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

US₀ = Valor da taxa de venda do dólar comercial de fechamento (PTAX800), do dia útil imediatamente anterior à Data de Emissão ou de pagamento da Atualização Monetária, o que ocorrer por último, informado com 4 (quatro) casas decimais.

4.2.2 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, não houver apuração e/ou divulgação da Taxa Cambial, será aplicada à Remuneração a última Taxa Cambial divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa Cambial que seria aplicável. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa Cambial por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa Cambial ou de impossibilidade de aplicação da Taxa Cambial por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa Cambial deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa Cambial, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, não aprovem o parâmetro proposto pela Emissora, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa Cambial, a média aritmética das taxas

RB



médias diárias de venda do Dólar dos Estados Unidos da América praticadas pelas seguintes instituições financeiras: Banco Votorantim S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Itaú Unibanco S.A. e Banco Citibank S.A. Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, será utilizada a última Taxa Cambial divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro (observado que, se durante tal período tenha ocorrido o vencimento de alguma obrigação pecuniária das Debêntures, a data de vencimento de tal obrigação será automaticamente postergada para o 2º (segundo) dia útil contado da data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro).

4.2.3 Juros Remuneratórios

As Debêntures renderão juros correspondentes a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 360 dias, calculados linearmente, de forma *pro rata temporis* incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, a partir da Data de Emissão ou da última data do pagamento de juros e pagos semestralmente ao final de cada Período de Capitalização, conforme item 4.3.9 ("Juros Remuneratórios").

4.2.3.1 Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

J = VNa x Fator Juros, onde:

J = Valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado, conforme definido na cláusula 4.21., calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left[\left(\frac{taxa}{100} \right) \times \frac{n}{N} \times \frac{DP}{DT} \right], \text{ onde:}$$

i = 8,5000;

N = 360 dias corridos;

n = Número de dias corridos entre a data do próximo evento de juros e a data do evento anterior;

DT = Número de dias corridos entre o último e o próximo evento de juros; e

NB.



DP = Número de dias corridos entre o último evento de juros e a data atual.

4.2.3.1.1. Entende-se por período de capitalização ("Período de Capitalização") , o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, exclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão, inclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. O valor dos Juros Remuneratórios será agregado ao saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na forma do item 4.2.1 acima, para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento dos Juros Remuneratórios será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

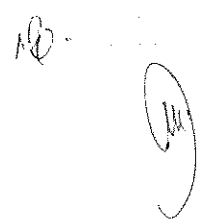
4.3. Condições de Subscrição, Integralização e Pagamento

4.3.1 Preço de Subscrição: As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição.

4.3.2 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública da Oferta, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

4.3.3 Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (ii) para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados a esse sistema, por meio da Instituição Depositária.

4.3.4 Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



4.3.5 Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo no que tange à Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.6 Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.7 Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.3.8 Amortização:


O Valor Nominal Unitário será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 27 de novembro de 2011 e a segunda com vencimento em 27 de novembro de 2012 (as "Datas de Amortização"), conforme tabela a seguir:

Datas da Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal atualizado a ser Amortizado	Valor Nominal Unitário a ser Amortizado ^(*)
27/11/2011	50%	251.161,09
27/11/2012	100%	251.161,09

(*) O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.3.9 Pagamento dos Juros Remuneratórios: O pagamento dos Juros Remuneratórios será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de maio

RB



de 2010 e o último pagamento em 27 de novembro de 2012, que é a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

4.4. Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o valor da Emissão é de R\$ 96.445.858,56 (noventa e seis milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) e o capital social da Emissora, na data de celebração desta Escritura de Emissão, é de R\$ 776.035.142,27 (setecentos e setenta e seis milhões, trinta e cinco mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), superior portanto ao valor da Emissão.

4.5. Direito de Preferência

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

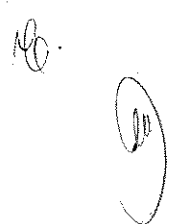
4.6. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.7. Direito de Resgate Antecipado

4.7.1. A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, exercer o direito de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação mediante o pagamento do valor presente do fluxo de pagamento representativo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, desde a data de emissão ou do último pagamento, mediante o deságio desse fluxo desde as Datas de Amortização originalmente pactuadas, tendo por base a "taxa de juros de mercado vigente no momento do resgate antecipado".

4.7.2. Para a apuração da "taxa de juros de mercado vigente no momento do resgate antecipado", a Emissora convocará uma Assembleia Geral de Debenturistas para, em comum acordo com os Debenturistas, definir tal taxa. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a "taxa de juros de mercado vigente no momento do resgate antecipado", o resgate não será operacionalizado. Especificamente para a definição desta taxa, haverá a necessidade de deliberação favorável da totalidade dos Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação em primeira convocação, ou a totalidade dos Debenturistas presentes na Assembleia em segunda convocação.

Handwritten signature and circular stamp in the bottom right corner of the page.

4.7.3. Após a definição da "taxa de juros de mercado vigente no momento do resgate antecipado", a Emissora publicará Aviso aos Debenturistas, na forma da cláusula 10.9 abaixo, contendo a data, o local de realização e o procedimento de resgate, inclusive, se este será total ou parcial ("Aviso de Resgate Antecipado").

4.7.4. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

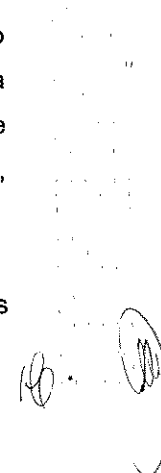
4.7.5. Para as debêntures registradas na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer mediante "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares de Debêntures, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada titular de Debêntures, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do Resgate Antecipado, não haverá a necessidade de aditamento à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.8. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação, conforme aplicável.

CLÁUSULA V

VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Observados os termos e condições desta Cláusula V, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (os "Eventos de Inadimplemento"): 

(a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária referente às

Debêntures, não sanado em até 3 (três) dias úteis a contar da data do vencimento de tal obrigação;

- (b) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora e/ou de quaisquer de suas sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, as "Afiliadas") cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior ao valor em reais equivalente a US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América, calculados da mesma forma estabelecida na cláusula 4.2 desta Escritura), desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 72 horas úteis, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido ("cross-default");
- (c) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do vencimento de tal obrigação;
- (d) Decretação de falência e/ou liquidação e/ou dissolução da Emissora e/ou de quaisquer de suas Afiliadas e não devidamente elidido pela Emissora e/ou Afiliadas em até 10 (dez) dias corridos.
- (e) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulados pela própria Emissora e/ou por quaisquer Afiliadas, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável, não devidamente elidido pela Emissora e/ou Afiliadas no prazo legal;
- (f) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.A. ("ownership clause");
- (g) Transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (h) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Emissora em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer, fusão, cisão, incorporação, que comprovadamente afete de forma substancial e negativa a situação econômico-financeira da Emissora;
- (i) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Emissora que modifique

10 - 02

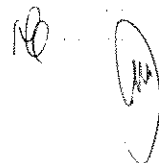
substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão;

- (j) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.A. e/ou legislação aplicável – caso a Emissora esteja em situação de inadimplemento com relação a qualquer pagamento referente às Debêntures da 2ª Emissão;
- (k) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita, são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (l) não apresentação, dentro dos prazos previstos na regulamentação aplicável, pela Emissora de suas respectivas demonstrações financeiras auditadas por auditor registrado na CVM – compreendendo as informações pertinentes especificamente à Emissora e, adicionalmente, informações consolidadas do respectivo grupo econômico –, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, e desde que tal inadimplência não seja sanado em até 3 (três) dias úteis a contar da data do vencimento de tal obrigação;
- (m) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; e
- (n) caso não seja comprovada, pela Emissora, a liquidação das obrigações financeiras assumidas nos contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio de números 09/000097 e 08/000828 ("Contratos de ACC") (, firmados pela sua controlada MMX Metálicos Corumbá Ltda. com o Banco Votorantim S.A., em até 15 (quinze) dias após a data de início da distribuição das Debêntures, sem prejuízo da manutenção dos compromissos assumidos pela Emissora naqueles instrumentos.

5.1.1 Observando-se os prazos de cura aplicáveis, a ocorrência dos eventos indicados nos subitens (a), (d), (e), (g) e (n) acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

5.1.2 Observando-se os prazos de cura aplicáveis, na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (b), (c), (f), (h), (i), (j), (k), (l) e (m) supra, o Agente Fiduciário deverá

NO



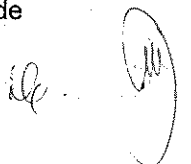
convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures desde que o evento não tenha sido sanado até a data de realização da Assembleia, observado o procedimento de convocação e o *quorum* previsto na Cláusula Oitava.

5.1.3 No caso dos pagamentos citados acontecerem via Cetip, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 Observados os prazos de cura aplicáveis, bem como as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09 a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) no mesmo dia da primeira subscrição de Debênture, correspondência informando tal fato bem como a quantidade debêntures subscritas em tal oportunidade e em até 15 (quinze) dias após a primeira subscrição, correspondência do Coordenador, informando a liquidação das obrigações financeiras assumidas pela sua controlada MMX Metálicos Corumbá Ltda. com o Banco Votorantim S.A. nos Contratos de ACC .
 - (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes e(ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura,
 - (c) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício fiscal, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e declaração do Diretor de



Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura;


- (d) no mesmo dia de sua publicação, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das Assembléias Gerais, Reuniões de Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal que forem objeto de publicação;
- (e) os Avisos aos Debenturistas, Fatos Relevantes e Atas de Assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) dias úteis da data em que forem publicados;
- (f) em até 3 (três) dias úteis da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em um Efeito Relevante Adverso, que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora ou de suas Afiliadas, consideradas como um todo ("Efeito Relevante Adverso");
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a "Instrução CVM 358"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto, devendo o

16 9

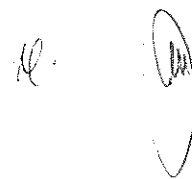
mesmo ser divulgado também na rede mundial de computadores;

- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e artigo 17 da Instrução CVM 476/09;;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (iv) convocar, nos termos do item 8.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) manter atualizados e em ordem os livros e registros societários;
- (ix) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

190



- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xii) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 2 (dois) dias após a ocorrência do evento;
- (xiii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou de suas Afiliadas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xiv) tomar as medidas necessárias para:
 - (a) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças, alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
 - (b) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se o desgaste normal dos mesmos;
 - (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um Efeito Relevante Adverso, ou que a Emissora não considere devidas;
- (xv) manter válidas e regulares as licenças, alvarás, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da atividade fim da Emissora;
- (xvi) caso os Debenturistas, mediante aprovação em Assembleia de Debenturistas, entendam ser necessário, , contratar agência classificadora de risco para elaboração de relatório de




rating das Debêntures, e manter contratada a agência até a integral liquidação destas, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das avaliações e reavaliações anuais de *rating* em até 2 (dois) dias úteis após sua divulgação;

- (xvii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- (xviii) manter seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora;
- (xix) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;
- (xx) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

6.2 Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se, nos termos da Instrução CVM 476/09, a:

- (i) preparar suas respectivas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício social e encaminhar tais informações à Cetip na data da publicação;
- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo mínimo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 (a "Instrução CVM 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

ib



(vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador e à Cetip; e

(vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

CLÁUSULA VII
AGENTE FIDUCIÁRIO


7.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), devida a primeira no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura desta Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes ou no dia útil imediatamente subsequente caso nas respectivas datas seja feriado nacional, sábado ou domingo. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
- (b) a remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, ou caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (c) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas à Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 350,00 por hora-homem de trabalho, que deverão ser previamente aprovados pela Emissora e devidamente comprovados, dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais e Assembleias com a

140. 

- Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 10 (dez) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas pela Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamentos e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado;
- (d) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora e previamente por ela aprovadas, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, quais sejam: publicações, transportes, alimentação, viagens e estadias, que somente serão reembolsadas pela Emissora mediante apresentação dos respectivos comprovantes (que sejam os aceitos pela legislação fiscal para dedução de despesas, exceto no caso de despesas menores, que poderão ser comprovadas por meio de recibos simples) e desde que sejam razoáveis e estritamente necessárias ao exercício das funções e ao cumprimento dos deveres do Agente Fiduciário. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures, desde que previamente aprovados pela Emissora e devidamente comprovados, a serem pagos no prazo de 10 (dez) dias após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas;
- (e) as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenização, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas;
- (f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) da FGV (Fundação Getúlio Vargas);
- (g) as remunerações serão acrescidas dos impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, tais como: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da



Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte); e

- (h) As parcelas de Remuneração serão atualizadas anualmente pelo IGP-M, a partir da data de Emissão.

7.3. Substituição

7.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2 A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme o disposto no item 7.3.6 abaixo.


7.3.3 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (a "Instrução CVM 28"), e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente

160



encaminhado à CVM.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:


- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou

10

inverdades constantes de tais informações;

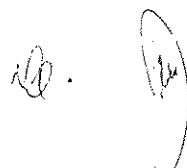
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) cobrar da Emissora a atualização, pelo menos anualmente e até a Data de Vencimento das Debêntures, do relatório de avaliação (*rating*) da Emissão, caso este venha a ser elaborado durante o período de vigência das Debêntures;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, em até (2) dois dias subseqüentes da data de encerramento da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as

16



seguintes informações:

- (n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (n.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (n.5) resgate, amortização e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (n.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (n.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (n.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (n.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures.
- (o) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "r" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (o.1) na sede da Emissora;




- (o.2) no seu escritório;
 - (o.3) na CVM;
 - (o.4) no SND; e
 - (o.5) na sede do Coordenador.
-
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário e a CETIP;
 - (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
 - (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, se possível, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que teve conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
 - (s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do Estatuto Social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, a alteração proposta;
 - (t) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas; e
 - (u) fornecer à Emissora, mediante solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1 Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

196



- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme o disposto no item 5.1 acima;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (c) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação.

7.6. Despesas

7.6.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2 O ressarcimento a que se refere o item 7.6.1 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.6.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo

NO - 

o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.6.4 As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitado o limite acordado com a Emissora;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

8.1 Convocação

8.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei de Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.1.4 Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.5 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorum* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, controladoras (ou grupo de controle) e/ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

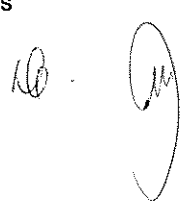
8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais. As Debêntures não consideradas "Debêntures em circulação" não terão direito a voto.

8.4.2 As alterações de quaisquer disposições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures bem como de outras características para as quais não sejam estabelecidos *quorums*

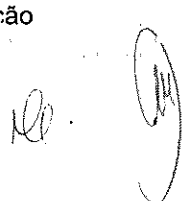


116. 9

- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (k) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento; e
- (l) que verificou os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora, conforme resta comprovado pelo item 4.4 acima.

9.2 A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;



- (e) as informações prestadas até a data de envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes;
- (f) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, foram dadas de forma correta e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (g) não há outros fatos com relação à Emissora e/ou suas coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto da Oferta Restrita, faça com que alguma declaração seja incompleta, enganosa, inconsistente, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (h) a celebração da Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela estabelecidas, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ou ordem, ou sentença, ou decisão administrativa, ou judicial, ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades, contrato ou obrigação anteriormente assumida pela Emissora, e/ou pelas suas coligadas, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e de suas Afiliadas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (i) a Emissora, e/ou suas coligadas possuem as concessões, licenças, permissões, alvarás e autorizações expedidas por todas as autoridades competentes, necessárias para conduzir seu negócio; e a Emissora e suas Afiliadas não receberam nenhuma notificação relacionada à revogação ou à modificação de qualquer concessão, licença, permissão, alvará ou autorização que, conjunta ou individualmente, se for o objeto de uma decisão, determinação ou sentença contrária, teria o efeito de causar um prejuízo relevante e objetivamente apurável sobre a Emissora e Afiliadas;
- (j) as demonstrações financeiras representam corretamente a posição financeira da Emissora e suas Afiliadas nas datas de sua elaboração e foram devidamente preparadas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

10/11/2017

10/11/2017

10/11/2017

10/11/2017


- (k) a Emissora e suas Afiliadas, em seu melhor conhecimento, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis e relevantes à condução e realização de seus negócios;
- (l) não existem processos judiciais ou administrativos ou arbitrais relevantes pendentes, exceto aqueles informados em suas informações periódicas divulgadas à CVM e de conhecimento da Emissora, nos quais a Emissora, e/ou suas coligadas seja parte ou aos quais os seus bens estejam sujeitos, e a Emissora não tem conhecimento de nenhum processo iminente a ser contra ela, e/ou suas controladas ou coligadas ajuizado ou com relação a qualquer um de seus bens ou dos bens da coligadas que possam afetá-las de forma relevante;
- (m) não existe nenhum inadimplemento e nenhum evento de conhecimento da Emissora que, mediante notificação, decurso de prazo ou ambos, possa constituir o não-cumprimento e a não-observância devidos com relação a qualquer termo, avença ou disposição de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual ela ou qualquer de seus bens estejam obrigados; e
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Irrevogabilidade

Re. 

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Correção de Valores

Exceto no que diz respeito à Remuneração das Debêntures, para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, a partir da data de assinatura desta Escritura. Essa disposição não se aplica à Cláusula IV, a qual será regida por seus termos específicos.

10.5. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Comunicações

10.6.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

MMX Mineração e Metálicos S.A.

Praia do Flamengo, nº 66, 10º andar – Flamengo,

22.210-903, Rio de Janeiro, RJ

At. Sr. Luis Eduardo Fischman

Telefone: (21) 2555-5557

Fax: (21) 2555-4011

E-mail: luis.fischman@ebx.com.br

MMX Mineração e Metálicos S.A.
PRAIA DO FLAMENGO, Nº 66, 10º ANDAR – FLAMENGO,
22.210-903, RIO DE JANEIRO, RJ
At. Sr. Luis Eduardo Fischman
Telefone: (21) 2555-5557
Fax: (21) 2555-4011
E-mail: luis.fischman@ebx.com.br

NEP. [Assinatura]

Para o Agente Fiduciário **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205
CEP: 22640-100, Rio de Janeiro, RJ
At. Sr. Gustavo Dezouart
Tel: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
Email: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário **Banco Itaú S.A.**
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º Andar –
CEP: 04344-902
São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
e-mail: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

Para a Instituição
Depositária **Itaú Corretora de Valores S.A.**
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º Andar – CEP: 04538-132
São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
e-mail: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP
CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, Centro
São Paulo, SP – CEP 01009-000
At.: Área de Valores Mobiliários
Tel: (1) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

116 - 9

10.6.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.6.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.7. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

Fica eleito o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.9 Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos no jornal Valor Econômico – Edição Nacional, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação.

100 - 9

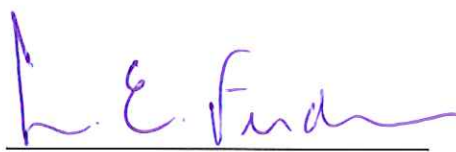
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2009.

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

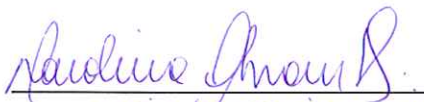


Nome: **ROGER DOWNEY**
Cargo: **Diretor**



Nome: **Luis Eduardo Fischman**
Cargo: **Diretor Financeiro**

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
na qualidade de Agente Fiduciário

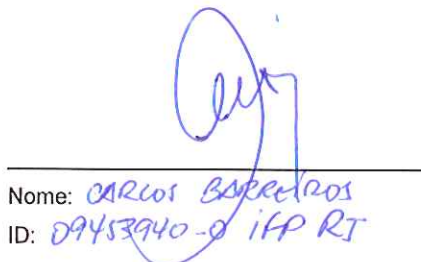


Nome: **MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES**
Cargo: **PROCURADOR**



Testemunhas:



Nome: **REGINA AZEITEIRO**
ID: **153-023 OAB-RJ**



Nome: **CARLOS BARREIROS**
ID: **09453940-0 IFF RJ**

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: MMX MINERACAO E METALICOS S/A	
Nire: 33.3.0026111-7	
Protocolo: 00-2009/233769-4 - 30/11/2009	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/12/2009 , E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.	
ED33000165-1/000	
DATA: 01/12/2009	
 Valéria G. M. Serra SECRETÁRIA GERAL	